

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1 - **VIGÊNCIA** - A vigência do presente contrato será de 915 (novecentos e quinze) dias contados a partir da data de sua assinatura, computados na seguinte forma:

a) 690 (seiscentos e noventa) dias para execução da obra conforme cronograma;

b) 120 (cento e vinte dias) para eventuais paralisações, conforme estabelece o artigo 78 inciso XIV da Lei 8666/93 consolidada, e,

c) 105 (cento e cinco) dias correspondentes ao prazo de recebimento provisório e definitivo da obra conforme estabelece o artigo 73, inciso I, alíneas "a" e "b" e § 3º da Lei 8666/93 consolidada.

Ratificação: Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do mesmo, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Data da emissão: 29 de novembro de 2024

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1448443

São José do Calçado

Decreto

DECRETO Nº 7.851/2024

REVOGA O DECRETO Nº 6.677/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o quanto noticiado no Ofício nº 095/2024, oriundo da Presidência do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São José do Calçado (IPESC); contendo solicitação de revogação do **DECRETO Nº 6.677/2021**;

CONSIDERANDO que o embasamento do aludido pedido se ancora no fato de, neste contemporâneo, haver superávit no Grupo Previdenciário, identificado no relatório de avaliação atuarial;

CONSIDERANDO a variação atuarial do Grupo Previdenciário desnecessidade da possibilidade de equacionamento do déficit atuarial por meio do financiamento por *duration* e aplicação de alíquotas suplementares;

CONSIDERANDO os critérios definidos na Instrução Normativa nº 7/2018 e as alterações trazidas pela Portaria nº 14.816/2020, ambas do Ministério da Economia;

CONSIDERANDO as exigibilidades impostas pela Portaria nº 204/2008, que dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, particularmente a do art. 73, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o decreto nº. 6.677/2021 que

implementa o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado - ES (IPESC), por haver superávit no Grupo Previdenciário identificado no relatório de avaliação atuarial.

Art. 2º. Seja notificado o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado - ES (IPESC) e a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças acerca do aqui disposto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando especialmente o Decreto nº. 6.677, de 17 de maio de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE,
CUMPRA-SE.**

PUBLIQUE-SE,

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024).

ANTONIO COIMBRA DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1448776

São Roque do Canaã

Lei

LEI No 1.114, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2024

DISPÕESOBREOPAGAMENTODECOMPLEMENTO CONSTITUCIONAL AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMA DE ABONO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar, excepcionalmente no exercício de 2024, complemento constitucional na forma de abono, aos profissionais da educação básica em efetivo exercício que recebem dos 70% do FUNDEB na Rede Municipal de Ensino de São Roque do Canaã - ES para fins de cumprimento do disposto no inciso XI, do artigo 212-A da Constituição Federal combinado com o disposto no art. o 26 da Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único. O valor destinado ao pagamento do abono será estabelecido, de modo a atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) da receita do FUNDEB, relativo ao exercício de 2024 e que estejam contemplados no Art. 26, inciso II da Lei Federal 14.113/2020.

Art. 2º. O complemento constitucional na forma de abono não será pago aos servidores inativos, cedidos, permutados por acordo de cooperação técnica e que

não estejam localizados na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Não se aplica ao complemento constitucional o teto remuneratório previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Roque do Canaã - ES.

Art. 3º. Para os fins de pagamento do abono será considerado em efetivo exercício os servidores profissionais da educação básica: docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica, bem como os afastamentos em virtude de licença maternidade.

Parágrafo Único. Não são considerados em efetivo exercício os servidores afastados por motivos de:

I - Auxílio doença;

II - Licença sem vencimentos;

III - Licença para acompanhamento em doença de familiar;

Art. 4º. Fica fixado o valor igualitário de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) para fins da bonificação de que trata esta Lei.

Art. 5º. O complemento constitucional na forma de abono estabelecido por esta Lei, deverá ser empenhado e liquidado no mês de dezembro de 2024, podendo ser pago em janeiro de 2025.

Art. 6º. O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um único complemento constitucional, na forma de abono.

Art. 7º. Sobre o valor do complemento constitucional, na forma de abono, incidirão os descontos obrigatórios por Lei, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte e contribuição previdenciária para o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social.

Parágrafo Único. O complemento constitucional mencionado no "caput" deste artigo será devido aos profissionais ativos, efetivos, contratados por designação temporária e comissionados que estiverem no Centro de Custo do FUNDEB.

Art. 8º. O complemento constitucional de que trata esta Lei não integrará os vencimentos para efeito de concessão de vantagens pessoais e fixação de proventos.

Art. 9º. A presente propositura se coaduna com os termos do Parecer Consulta 00029/2021-2- Plenário, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, oriundo do Processo TC- 03054/2021-1, publicado na edição 1.952, do Diário Oficial Eletrônico do TCEES, de 27/09/2021.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Roque do Canaã - ES, 09 de dezembro de 2024.

MARCOS GERALDO GUERRA

Prefeito Municipal

Protocolo 1448862

Decreto

DECRETO N.º 7.392/2024

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA E EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (EDITAL SMA Nº 004/2024 - DECRETO Nº 7.372/2024)

O PREFEITO MUNICIPAL, e São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 57, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o Processo Seletivo Simplificado - Edital SMA n.º 004/2024 (Decreto n.º 7.372/2024),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores a seguir relacionados, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado - Edital SMA n.º 004/2024 (Decreto n.º 7.372/2024), o qual tem por objetivo a contratação imediata e formação de cadastro reserva para eventual contratação temporária, por excepcional interesse público de motorista, operador de máquinas pesadas e operador de trator de pneus:

I - Presidente: Schaira Penha Milli Mafioletti;

II - Membro: Meliça Spalenza Sales; e

III - Membro: Solyane Lopes Alves.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de dezembro de 2024.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2024

MARCOS GERALDO GUERRA

Prefeito Municipal

Protocolo 1448921

DECRETO Nº 7.394/2024

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS E BENS DE CONSUMO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 57, incisos VIII e XXXVII e 78 e seguintes Lei Orgânica Municipal, de conformidade com a Lei n.º 4.320/64, e ainda com fulcro na Lei n.º 101/2000 e no Decreto Municipal n.º 1.586, de 22 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a Comissão de Inventário Anual de Bens Permanentes e de Consumo.